



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO

Patrícia Aparecida da Cunha

Universidade de Uberaba (Uniube), Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica
Uberlândia – Minas Gerais

Guilherme Alessandro Garcia

Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Negócios
Uberlândia – Minas Gerais

Eloy Alves Filho

Orientador – Universidade de Uberaba (Uniube), Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica
Uberlândia – Minas Gerais

RESUMO: Este texto apresenta um resultado preliminar de uma pesquisa de Mestrado em Educação, que tem por objetivo analisar os fatores que ocasionam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública municipal da cidade de Uberlândia/MG, analisando se a insegurança gerada pela violência tem contribuído para o abandono escolar dos alunos daquela unidade de ensino. Durante observações participantes realizadas em uma aula de Ensino Religioso, notou-se o potencial daquela disciplina – se trabalhada de forma transdisciplinar, com a promoção da comunicação e do diálogo –

como alternativa para amenizar o problema e possibilidade para enfrentá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão escolar. Formação continuada. Violência escolar.

ABSTRACT: This paper presents the preliminary result of a survey in Education Mastership, that aims to analyze some factors of violence and school dropout rates in youth and adult education (YAE) in a public municipal school in the city of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. We analyze whether unsafety generated by violence has contributed to school dropout rates of students in that education unit. Along participant observations carried out in a Religious Education class we noted the potential of this discipline –if worked in a transdisciplinary way if it is worked in a transdisciplinary way – promoting communications and dialogues, as an alternative to soften the problem and possibility to face it.

KEYWORDS: Evasão escolar. Formação continuada. Violência escolar.

1 | CONTEXTO DO RELATO

A escola brasileira é envolta pela diversidade cultural, uma riqueza que se contrapõe ao preconceito e dificulta, principalmente em áreas de vulnerabilidade

social, a prática da convivência pacífica entre os alunos.

Episódios de violência em nossas escolas não são raros. Em decorrência disso, alunos abandonam seus estudos e professores, suas carreiras, por não conseguirem lidar com essa adversidade que assola a escola atual.

Devido à sua subjetividade, a violência é um fenômeno que carece de definição. Segundo Charlot (2002), no contexto educacional, deparamo-nos com três tipos: a violência na escola, quando nela são reproduzidas realidades externas, como o uso e tráfico de drogas; a violência à escola, expressa muitas vezes em conflitos professor-aluno; e a violência da escola, composta pela violência simbólica e institucional.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003, p. 58), a escola experiencia tal fenômeno como “[...] reflexo do clima de violência e de injustiça que caracteriza seu entorno”.

Diante de tal problemática ficam as indagações: quando e como debater esse tema na escola? É possível estabelecer uma comunicação eficaz de forma a contribuir com a participação dos alunos em busca da solução?

Uma escola periférica pública municipal da cidade de Uberlândia/MG sofre com a violência, imbricada principalmente em suas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse contexto, o Ensino Religioso, sem proselitismo, surge como alternativa para amenizar o problema.

2 | DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

As atividades foram desenvolvidas por meio de observações participantes, durante o mês de maio de 2017; neste trabalho, é relatada uma aula de Ensino Religioso, ocorrida no turno noturno do dia 10 de maio de 2017, com duração de 50 (cinquenta) minutos, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola periférica pública municipal da cidade de Uberlândia/MG.

Conforme disposto no artigo 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), “[...] o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

A LDB, Lei n.º 9.394, sancionada em 1996, institucionaliza que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, LDB, 1996).

Dessa forma, a organização do tempo curricular naquela escola estipula, em turma e ambiente únicos (sala de aula, pátio, laboratório de informática), conforme plano de aula, o último horário as quartas e sextas-feiras, sua oferta aos alunos das quatro turmas existentes, do sexto ao nono períodos.

Em virtude da não obrigatoriedade da participação, como também seu oferecimento em turma única, a participação é mínima. Na aula em questão, dos 85 (oitenta e cinco)

alunos matriculados, apenas quatorze estavam presentes, o que representa 16,47% dos alunos matriculados. Conforme informação verbal da Secretaria Escolar, todos os alunos da EJA são matriculados na disciplina; não há avaliações, mas controle de frequência.

A aula ocorreu no Laboratório de Informática, uma vez que não há tela de projeção nem *data show* em nenhuma das dezenove salas de aula daquela escola, e o professor optou por apresentar animações naquele evento. Houve a exibição de três animações: “Família Amigos – Meus irmãos voadores”, com duração de 11min59s (onze minutos e cinquenta e nove segundos); “Turma da Mônica – O sumiço de todas as mães”, com duração de 7min02s (sete minutos e dois segundos) e “Mensagem para mães – Dia das Mães”, com duração de 5min (cinco minutos). Posteriormente foi aberto espaço para discussão entre os alunos. A temática foi a comemoração do “Dia das mães”.

A dinâmica do Professor para promover o debate consistiu em perguntar aos alunos o que acharam das animações. Devido ao fato de o tema gerar comoção, mas também ser polêmico, as opiniões variaram entre a emoção a o constrangimento.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATO

De forma a garantir a laicidade do Estado, os conteúdos a serem ministrados devem ser criteriosamente selecionados. Como gestor da sala de aula, o professor é quem seleciona, organiza e apresenta o conteúdo ao aluno, ou seja, planeja sua aula conforme os interesses e necessidades de sua turma.

O planejamento constitui elemento primordial do processo de ensino e aprendizagem. Segundo Padilha (2001):

Planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. Planejar e avaliar andam de mãos dadas (PADILHA, 2001 p. 63).

A aula observada teve como tema o “Dia das mães”, uma das datas comemorativas mais tradicionais, que se inseriu de tal forma na cultura escolar que passou a conotar a valorização da maternidade. Tema também polêmico, dadas não somente as atuais configurações de família, mas, no caso da escola em questão, a situação de vulnerabilidade social em que se encontram seus alunos. Naquela pequena turma, 60% não foram criados por suas mães ou não as conheceram e 14% (quatorze por cento) já as haviam perdido.

Em virtude de problemas semelhantes, muitas escolas instituíram o “Dia da Família”, comemorado em data aleatória, em substituição às comemorações ao “Dia das Mães” e ao “Dia dos Pais”. Todavia, desde que contextualizada, qualquer temática pode ser desenvolvida em sala de aula.

Assim, a adequada seleção do conteúdo a ser apresentado e sua contextualização se mostram fundamentais, para despertar tanto a criticidade quanto o interesse coletivo dos alunos pelas aulas. Para tal, promover a participação deles na construção das aulas e permitir-lhes a escolha dos conteúdos pode ser um método válido.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta às suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação rompe uma tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade (FREIRE, 1998, p. 108).

Com relação à distribuição do tempo, apenas com a exibição das animações foram gastos 24min01s (vinte e quatro minutos e um segundo), o que corresponde praticamente à metade da aula, tendo o período destinado as discussões e debates sido prejudicado.

Entretanto, houve o interesse de alguns alunos no debate e até mesmo o incentivo deles à participação dos mais acanhados; assim, evidenciou-se o tempo em que a escola poderia trabalhar, de maneira transdisciplinar, assuntos que viessem a contribuir para a redução a violência, utilizando também a leitura e o diálogo, uma vez que aquela não contempla, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), projetos que atendam às especificidades da EJA.

Para Brito (2007):

A investigação transdisciplinar supõe a elaboração de um novo objeto, com questões específicas, cujas respostas e metodologia podem resultar da confluência de diferentes saberes disciplinares, os quais perdem sua especificidade, seus modos de ser particulares e sua autonomia para a constituição de um novo campo de saber. Em outras palavras, o ponto de partida é a indagação de um fato de mundo e, à medida que essa indagação de um fato de mundo e, à medida que essa indagação é tratada de maneira transdisciplinar (porque não se resolve no interior de nenhuma disciplina), identificam-se problemas e se explicitam as necessidades de conhecimentos práticos e objetivos já produzidos (BRITO, 2007, p. 61).

Segundo Kleiman (1999), a leitura é uma estratégia essencial que a escola pode utilizar, a fim de contribuir para a redução da injustiça social, pois é seu papel fornecer conhecimento disciplinar aos alunos agregado ao saber acumulado pela sociedade.

A principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento que nos enreda a todos. Somente quando elaboramos relações significativas entre objetos, fatos, conceitos podemos dizer que aprendemos. As relações entretecem-se, articulam-se em teias, em redes construídas social e individualmente, e em permanente estado de atualização. A ideia de conhecer assemelha-se à enredar-se, e a leitura constitui a prática social por excelência para esse fim (KLEIMAN, 1999, p. 91).

Por meio do diálogo, aprende-se e ensina-se, mas o professor deve ser preparado para intermediar as discussões, saber não só falar, mas, sobretudo, ouvir, para auxiliar na conscientização dos alunos.

A consciência é discursiva; ela vai articulando o sentido pela palavra, ao mesmo tempo em que carrega a palavra de outros sentidos. Dessa forma ela mesma vai se articulando. No entanto a articulação não pode ser percebida fora da realidade, fora do mundo. Sendo articulada no mundo, a articulação do sentido cria o sentido próprio do mundo para o homem; por isso, todo sentido é sempre sentido do mundo em relação ao homem, a sua consciência (MARCON, 1998 p. 311).

As Licenciaturas não preparam os futuros professores para lidarem com alunos reais, mas com os alunos fictícios e ideais dos manuais pedagógicos. Em virtude disso, por não saberem como lidar com os problemas, muitos profissionais desistem de suas carreiras.

Assim sendo, a formação continuada do professor, principalmente no caso em específico, voltada para o trabalho em áreas de vulnerabilidade social, é essencial, uma vez que o constante aperfeiçoamento contribui para assegurar uma ação docente efetiva como também promover aprendizagens significativas.

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula (HARGREAVES, 2002, p. 114).

O Ensino Religioso naquela escola é menosprezado pelos alunos, devido à falta de preparo do professor; não há, também, por parte da Coordenação Pedagógica ou da Gestão Escolar, qualquer incentivo ao profissional ou à participação dos alunos às aulas. Segundo a Coordenadora Pedagógica da escola, “[...] o Ensino Religioso é um conteúdo de segunda linha”.

Trabalhar o Ensino Religioso em escolas públicas, como apontam as diretrizes, só vem complementar a formação humana, por trabalhar valores morais. Todavia, o descrédito à disciplina, a falta de professores com formação específica e a desmotivação por parte da equipe gestora (neste caso específico) corroboram com a descrença na carreira docente, dadas inclusive as atuais condições de trabalho – que incluem a sensação de insegurança gerada pela violência, fator preponderante para a evasão escolar naquela escola. Um verdadeiro emaranhado de problemas de difíceis soluções, no entanto com possíveis alternativas para amenização.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Religioso, embora possua matrícula facultativa, é disciplina que integra o currículo do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras e deve ocupar, na organização do tempo escolar, os horários normais de aulas.

O melhor aproveitamento do tempo escolar aliado à seleção adequada de conteúdos pode contribuir sobremaneira para tornar as aulas mais atrativas, de forma

a contar, também, com maior participação dos alunos.

Tendo em vista o potencial do Ensino Religioso para a compreensão de temas importantes como cidadania, ética, respeito, tolerância, entre outros, abrangendo também a história das diversas religiões, sua oferta pode concorrer para a obtenção da convivência pacífica e colaborar, por meio da comunicação e do diálogo, com a redução da violência na escola.

Devido à reduzida carga horária do currículo da EJA, as aulas de Ensino Religioso, sem proselitismo, se bem aproveitadas, surgem como alternativa para o enfrentamento e a amenização da violência naquela escola. Todavia, para isso, faz-se necessária a formação continuada do professor, voltada, se possível, para o trabalho em áreas de vulnerabilidade social, como forma de promover, dentro de um trabalho transdisciplinar, a comunicação e o diálogo, haja vista a ineficiência dos cursos de Licenciatura no preparo dos futuros profissionais para o trato com alunos reais.

Portanto, para que a Educação seja efetiva, é necessário que o educador seja capacitado, de forma a tornar-se um mediador de conhecimentos, promover a seus alunos condições de tornarem-se seres pensantes, críticos, reflexivos, conhecedores de seus direitos e deveres e atuantes na sociedade.

Neste sentido, Piaget (1970) afirma que:

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe (PIAGET, 1970, p. 53).

A investigação tem mostrado, até o momento, a necessidade da formação continuada docente, como alternativa para contribuir para a construção de educadores cômicos, que se recusem a reproduzir os modelos de educação existentes, que em nada contribuem para o desenvolvimento humano e social dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRITO, L. P. L. O ensino da leitura e da escrita numa perspectiva transdisciplinar. In: CORREA, D. A.; SALEH, P. B. de O. (orgs.). **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 53-77.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**. 2002(8): 432-43.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização**.

Porto Alegre: Artmed, 2002.

KLEIMAN, Ângela B. **Leitura e interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

MARCON, Telmo. (Org.) **Educação e universidade, práxis e emancipação**: uma homenagem a Elli Benincá. Passo Fundo: Ediap, 1998.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Aprender a viver juntos**: nós falhamos? Síntese das reflexões e das contribuições extraídas da 46ª Conferência Internacional da Educação da UNESCO. Brasília: UNESCO, IBE; 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

